

SUMÁRIO

PC-MS

500 Questões Gabaritadas
Escrivão de Polícia Judiciária

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	46

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	22

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

SUMÁRIO

**1. (2024)**

Texto para a questão seguinte...

O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância, mas também pode ser construído ou modificado nas diferentes fases da vida. A ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade da escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias.

GOLDENBERG, Mirian. *A Invenção de uma bela velhice*. 2021. p.48

Observe o fragmento de texto abaixo e atente para os termos destacados em maiúscula:

I. “O projeto de cada indivíduo pode ser TRAÇADO desde a infância...”- como o termo destacado, grafa-se também o termo “Açetinado”

II. “A ÊNFASE existencialista se coloca...” – como o termo destacado, grafa-se também o termo “Parálise”.

III. “...da responsabilidade individual na CONSTRUÇÃO de um projeto de vida.” – como o termo destacado, grafa-se também o termo “Especulação”.

IV. “O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a INFÂNCIA...”- como o termo destacado, grafa-se também o termo “Ância”.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV

2. (2025)

Analise as palavras a seguir quanto aos seus elementos mórficos. O conjunto em que todas as palavras dadas apresentam prefixos que equivalem em significado é:

- (A) anacrônico; anônimo; anelídeo.
- (B) submissão; hipogeu; hemisfério.
- (C) extraordinário; intracontinental; antebraço.
- (D) infeliz; desleal; ingerir.
- (E) dígrafo; bípede; biênio.

3. (2024)

Leia atentamente o texto a seguir e responda à questão à rede de esgoto nos maiores municípios do país

Pessoas negras e indígenas são os grupos sociais que menos têm acesso ao saneamento básico no Brasil, segundo dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado nesta sexta-feira (23).



1. (2024)

Consubstanciado no artigo 1º da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, a

- (A) cidadania; autodenominação dos povos; não-intervenção; e defesa da paz.
- (B) soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
- (C) soberania internacional; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e a singularidade política.
- (D) soberania social; a cidadania; a igualdade; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde; e o pluralismo político.
- (E) soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa; e o pluralismo político.

2. (2024)

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**1. (2024)**

João, agente público, editou uma instrução, contendo diversas diretrizes que devem ser observadas durante a atuação dos servidores públicos que lhe são subordinados. Nesse contexto, em observância à instrução que fora confeccionada, Matheus emitiu, a pedido de um particular, um atestado, declarando a existência de um determinado fato.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre as espécies de atos administrativos, é **correto** afirmar que

- (A) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo enunciativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (B) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo ordinatório. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo enunciativo.
- (C) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo normativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (D) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos enunciativos.
- (E) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos ordinatórios.

2. (2024)

Considere que Luísa é servidora pública no âmbito do Poder Executivo do Município X e no dia 1º de fevereiro de 2024 ela emitiu um ato administrativo concedendo vinte diárias e férias a Júlia, servidora pública. Ocorre que 15 dias depois da publicação do ato, Luísa verificou que Júlia apenas teria direito às férias, tendo, em seguida, emitido um novo ato retirando a concessão das diárias e confirmando as férias.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Luísa não atuou em conformidade com o ordenamento jurídico, pois quando o ato administrativo padece de vícios de forma ele deverá ser revogado em sua integralidade.
- (B) a conduta de Luísa, ao emitir o segundo ato administrativo, está correta, na medida em que se admite a convalidação na forma de reforma, suprimindo a parte inválida e mantendo apenas a válida.
- (C) Luísa agiu corretamente, pois admite-se a convalidação do ato administrativo com vícios sanáveis, tendo o ato que convalida efeitos ex nunc.
- (D) a conduta de Luísa vai ao encontro do disposto no ordenamento jurídico, pois, na verdade, o primeiro ato administrativo caducou.
- (E) Luísa não agiu corretamente, na medida em que somente o seu superior hierárquico poderia se valer da convalidação do ato administrativo e desde que não passados quarenta e oito horas da publicação do primeiro ato administrativo.

**1. (2024)**

A Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e, nesse contexto, regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial, nos seguintes termos:

(A) o depoimento especial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência reger-se-á por protocolos e seguirá obrigatoriamente o rito cautelar de antecipação de prova: I – quando se tratar de criança (até doze anos de idade incompletos) e II – em caso de violência sexual, independentemente da idade.

(B) a escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos aplicados para oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo a escuta especializada realizada perante a autoridade policial, na Delegacia de Polícia, e o depoimento especial realizado pela autoridade judiciária, em juízo.

(C) em nenhuma hipótese será admitida a tomada de novo depoimento especial, sob pena de caracterização de violência institucional.

(D) constitui crime, apenado com reclusão, violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

2. (2024)

O princípio da irretroatividade da lei penal brasileira é uma das garantias jurídicas fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Considerando o exposto, pode-se atestar que tal princípio estabelece que as leis penais brasileiras:

(A) não devem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência, a menos que o juiz do caso entenda que sim. Isso chamamos de princípio da irretroatividade mitigada, decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.

(B) sempre podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos, desde que o fato seja grave e cause danos substanciais às vítimas, mesmo antes da vigência da lei. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, exceto nos casos mais graves, uma vez que os indivíduos sempre podem prever as consequências de seus atos.

(C) podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da insegurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado garantiria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos teriam como prever as consequências de seus atos.



1. (2025)

Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

I.O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

II.O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.

III.A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

IV.O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta **correto** o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

2. (2024)

O par conditio, paridade de armas, se refere à igualdade de oportunidades no processo e pode ser definido como subprincípio do

- (A) princípio do contraditório.
- (B) princípio da ampla defesa.
- (C) princípio da instrumentalidade.
- (D) princípio do duplo grau de jurisdição.
- (E) princípio da busca da verdade.

3. (2024)

Em relação aos atributos dos sistemas processuais penais, analise as seguintes afirmativas, assinalando a alternativa a **correta**.

- (A) O sistema inquisitivo implica na obrigatoriedade de haver um órgão público encarregado pela acusação, que também pode ser feita pelo próprio ofendido, excepcionalmente.
- (B) A gestão da prova nas mãos do juiz, que também pode desencadear o processo ex officio, é característica própria do sistema acusatório.

**1. (2025)**

Sobre as características dos direitos humanos, considere as seguintes afirmações:

IA indivisibilidade refere-se à ideia de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica e são interdependentes, sem hierarquia entre eles.

IIA universalidade dos direitos humanos indica que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua cultura ou nacionalidade.

IIIA indisponibilidade, ou irrenunciabilidade, refere-se à impossibilidade de um titular abrir mão dos seus direitos humanos, em qualquer hipótese.

IVA imprescritibilidade refere-se ao fato de que os direitos humanos não podem ser vendidos ou transferidos.

Estão corretas:

- (A) apenas I
- (B) apenas I e II
- (C) apenas II e III
- (D) apenas IV
- (E) todas

2. (2024)

O conceito de interseccionalidade é importante para refletir sobre a efetividade de políticas públicas, a fim de promover os direitos humanos em favor de pessoas em maior situação de vulnerabilidade.

Sob esta perspectiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo interseccionalidade é um conceito, que aponta a necessidade de maior proteção dos homens brancos, que acabam sendo vítimas dos defensores da pauta identitária.
- (B) A interseccionalidade considera que raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente.
- (C) No que se refere a violência de gênero, as pesquisas demonstram que as mulheres são vítimas indistintamente, uma vez que sua situação de classe e raça não interfere.
- (D) A interseccionalidade demonstra a necessidade de um olhar atento a igualdade entre homens e mulheres, que experimentam as mesmas violações caso sejam da mesma classe social.
- (E) É um conceito equívoco, tendo em vista a necessidade de observância do princípio da igualdade na promoção dos direitos humanos, que deve ser garantido a todos sem distinção.

3. (2024)

Sobre a característica da universalidade dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, que estejam em situação regular no país de residência.
- (B) A realidade cultural de um país é argumento suficiente para afastar a aplicabilidade de um direito humano, tendo em vista a prevalência da soberania nacional.

**1. (2025)**

Um servidor público está avaliando a possibilidade de compra de um dispositivo de armazenamento. Para isso, está estudando as características do SSD (unidade de estado sólido) em contraposição ao HD (disco rígido). Assinale a alternativa que apresenta uma característica do SSD.

- (A) Maior consumo de energia.
- (B) Utilizam discos magnéticos e cabeçotes móveis.
- (C) Apresenta partes mecânicas mais frágeis.
- (D) Menor tempo médio de acesso aos dados.
- (E) Preço de mercado habitualmente mais barato.

2. (2024)

Levando em conta as divergências funcionais entre o disco rígido e a memória RAM (Random Access Memory) em um computador, qual das opções abaixo não evidenciam adequadamente tais diferenças?

- (A) O disco rígido armazena os dados de forma permanente enquanto a RAM armazena temporariamente os dados que estão sendo usados ativamente pelo sistema.
- (B) O acesso aos dados no HD é mais lento quando em comparação com a RAM.
- (C) O disco rígido normalmente oferece uma capacidade de armazenamento muito superior em relação à memória RAM.
- (D) Um disco rígido com mais espaço de armazenamento não necessariamente reflete em um aumento considerável na velocidade de reprodução dos dados, por outro lado, uma quantidade maior de RAM disponível melhora consideravelmente a performance do computador.
- (E) O disco rígido armazena os softwares do computador, enquanto a RAM armazena somente o sistema operacional.

3. (2024)

Um computador é formado por vários componentes e periféricos. Um desses componentes é memória RAM, que tem como função:

- (A) É a memória de acesso rápido que armazena de forma temporária informações que precisam ser acessadas de maneira rápida pelo sistema operacional.
- (B) É uma memória tipo permanente de armazenamento usado pelo computador para que dados importantes não mudem.
- (C) É uma memória virtual usada para armazenar temporariamente dados.
- (D) É o cérebro da máquina, responsável por armazenar e processar informações com velocidade.
- (E) É uma memória responsável por estabelecer a comunicação básica quando o computador é iniciado.



Raciocínio Lógico

1. (2024)

A média de idade de um setor com nove funcionários é de 24 anos. Três novos funcionários foram contratados e eles têm 32, 26 e 20 anos. A nova média de idade do grupo de funcionários desse setor é de quantos anos?

- (A) 24.
- (B) 24,5.
- (C) 25.
- (D) 25,5.
- (E) 26.

2. (2024)

A nota de cinco alunos numa determinada prova foi 5,5; 6,8; 7,0; 8,2; 9,5.

A média aritmética simples das notas desses alunos é:

- (A) 7,0.
- (B) 7,1.
- (C) 7,2.
- (D) 7,3.
- (E) 7,4.

3. (2024)

Observe o seguinte conjunto de dados, em seguida, assinale a média aritmética desses dados.

X: (8; 16; 4; 32; 51; 28; 10; 8; 13; 1)

- (A) 17,10
- (B) 20,80
- (C) 15,20
- (D) 21,40

4. (2024)

No livro Educação Matemática: da teoria à prática, Ubiratan D'Ambrosio apresenta o seguinte exemplo de projeto para sala de aula:

“(…) um estudo comparativo de alturas e tamanhos de pé numa classe. Será que quem é mais alto tem pé maior? Correlacionar dimensões é muito importante. E a questão chave é: poderia existir alguma constante para a razão entre a altura de um aluno e o tamanho do seu pé, como existe a razão π entre o comprimento da circunferência e seu diâmetro?” (Adaptado)

Inspirado nessa sugestão, um professor fez o seguinte levantamento de dados, com 32 alunos de uma sala de aula:



1. (2021)

A Lei Complementar 114, de 19 de dezembro de 2005, refere-se à lei que rege a estrutura orgânica da Polícia Civil, à qual se encontra subordinada a Coordenadoria- Geral de Perícias e seus servidores.

Assinale a alternativa correta sobre essa organização institucional.

(A) As funções do Policial Civil estão submetidas aos seguintes preceitos: preservar a ordem, repelindo a violência e fazendo observar as

leis; respeitar a pessoa humana, garantindo a integridade física e moral da população; e principalmente realizar o policiamento ostensivo, com previsão de imposição de multas aos infratores de trânsito.

(B) Incumbem à Polícia Civil, instituição permanente do Poder Público Estadual, essencial à defesa do Estado e do povo, com exclusividade as funções de polícia judiciária, com o objetivo de investigação e apuração, no território nacional das infrações penais e militares próprias, cabendo-lhe ainda a preservação da ordem e da segurança pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio

(C) A Polícia Civil, instituição essencial à função jurisdicional da Justiça, exerce privativamente as atividades de criminalística, identificação, Medicina e Odontologia Legal, cabendo-lhe o cumprimento de suas funções institucionais.

(D) A Polícia Civil e a Coordenadoria-Geral de Polícia serão dirigidas por pessoa competente alheia às instituições e que tenha formação acadêmica em Direito Administrativo e Social, com autonomia operacional, sendo-lhe assegurada a participação na gestão administrativa, orçamentária e financeira para cumprimento de sua missão institucional.

(E) O ciclo completo da investigação policial inicia-se com a denúncia do ofendido a partir do conhecimento da notícia de infração penal, por quaisquer meios, e se desdobra pela articulação desordenada, dentre outros aspectos, dos atos notariais e afetos à formalização das provas em inquérito policial ou outro instrumento legal, dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito do e gerenciamento de crise dele decorrente, da pesquisa técnico-científica sobre a autoria e a conduta criminal, das atividades de criminalística, identificação, Medicina e Odontologia Legal e encerra-se com o esgotamento das possibilidades investigativas contextualizadas no respectivo procedimento.

2. (2021)

Assinale a alternativa correta sobre a estrutura orgânica da Polícia Civil.

(A) A Polícia Civil exercerá suas funções e suas competências por meio dos órgãos de deliberação coletiva de direção superiores, os quais se seguem: o Conselho Superior da Polícia Civil, a Delegacia-Geral da Polícia Civil e a Coordenadoria-Geral de Perícias. As estruturas operativas, o desdobramento dos órgãos e as vinculações funcionais das unidades operacionais que os compõem serão estabelecidas em ato do Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. Todos os órgãos descritos nesse artigo vinculam-se diretamente à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

(B) As funções de direção, gerência, chefia ou assessoramento dos órgãos e das unidades operacionais da Polícia Civil são privativos de membros das carreiras nomeados por indicação do Governador, provenientes de qualquer outra Secretaria de Governo, em efetivo exercício ou não.

(C) O Conselho Superior da Polícia Civil, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade a ouvidoria externa a partir das declarações da população, velando pela obediência aos princípios institucionais, ao cumprimento de suas funções institucionais e à execução de suas competências, dando ensejo e consequente ação penal contra os servidores que cometam infrações administrativas.

**1. (2025)**

A visualização de dados é uma etapa fundamental para compreender grandes volumes de informações e identificar padrões relevantes no contexto de Data Mining e Big Data. Em relação às principais técnicas de visualização de dados, é correto afirmar que:

- (A) Mapas de calor (Heatmaps) são úteis para identificar relações quantitativas entre variáveis, mostrando a intensidade dos valores com cores diferentes em uma matriz.
- (B) Word clouds é uma técnica de visualização ideal para representar séries temporais complexas.
- (C) Gráficos de linha são mais eficazes na representação de dados categóricos e discretos do que gráficos de barras.
- (D) Dashboards dinâmicos são menos eficazes em Big Data por não permitirem a atualização em tempo real de informações.
- (E) Diagramas de dispersão (Scatter Plots) são usados exclusivamente para representar a distribuição de uma única variável em grandes datasets.

2. (2025)

Inicialmente, o conceito de Big Data era amplamente descrito pelos chamados '3 Vs'. Com o avanço da área, novos 'Vs' foram incorporados para ampliar essa definição. Um desses novos 'Vs' é a veracidade.

Assinale a opção que melhor define o conceito de veracidade.

- (A) A veracidade representa a relevância e utilidade dos dados para uma solução.
- (B) A veracidade diz respeito à rapidez com que os dados são coletados, analisados e empregados.
- (C) A veracidade está relacionada com a diversidade de formatos, um dado pode ser estruturado ou não estruturado.
- (D) A veracidade diz respeito à confiabilidade dos dados, influenciando a precisão dos resultados da análise.
- (E) A veracidade está relacionada com a quantidade massiva de dados gerados e armazenados.

3. (2024)

Com relação ao conceito de Data Lakehouse e sua arquitetura, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma arquitetura anterior ao Data Warehouse, construído para armazenar basicamente dados não estruturados.
- (B) Foram concebidos como locais para armazenar dados brutos e não processados.
- (C) Representam uma evolução significativa na gestão e processamento de dados, oferecendo recursos avançados, porém, sem suporte a transações ACID.
- (D) Armazenam dados em sistemas de armazenamento de objetos, mas também incluem funcionalidades para gerenciar atualizações incrementais e exclusões, suportam histórico de tabelas e rollback.
- (E) Apresenta certa dificuldade em trocar dados entre ferramentas quando armazenados em um formato de arquivo aberto, gerando custos adicionais e tempo de processamento associados à ressocialização de dados de um formato de banco de dados proprietário.